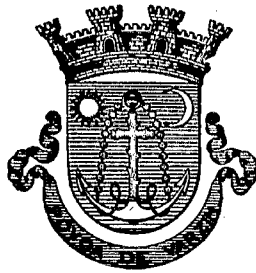


PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL



VOL. VIII

1969

N.º 2

EDIÇÃO
DA
CAMARA MUNICIPAL

«...Os fregueses mandarão fazer um coro de madeira de castanho... o que farão em termo de oito meses sob pena de quatro mil reis» (vis. 17-XII-1723).

«...O Abade sob pena de suspensão das suas ordens porá soquestro nos frutos desta Igreja até...».

C — O teor do encerramento da acta é sempre o mesmo, pelo menos no seu sentido, sendo esta parte da acta aquela em que menos variantes se observam.

«O Abade leia e publique esta minha visitação aos seus fregueses na forma costumada de que passará certidão com pena de mil reis».

São raros os exemplos em que a «acta» não obedece ao plano que acabamos de descrever e a discrepância observa-se na inclusão ou não inclusão de capítulos. Algumas vezes o visitador nada preceitua e, então, a acta resume-se à abertura e ao encerramento conforme o formulário do estilo (vis. 12-VI-1648; 1-XI-1670; 25-IX-1674).

As «actas» são assinadas pelo escrivão ou secretário e pelo visitador. O primeiro incluía o seu nome no termo de encerramento «...e eu P.^o Cipriano Coelho, secretário da visitação o escrevi» e o segundo apunha livremente o nome no fim do texto.

Como era mandado, o Abade lia a acta da visitação aos seus fregueses, à missa conventual, nos três domingos ou dias Santos imediatos, devendo lavar no livro dos capítulos, pela sua mão, o certificado da leitura.

«Li e publiquei a meus fregueses estes capítulos da visitação em três dias St.^o de guarda, à estação das missas conventuais, e por ser verdade fiz este que assinei hoje 15 de Novembro de 1683».

O Ab.^o Luiz Freyre

Para conclusão desta breve análise à «acta» das visitas resta-me fazer uma referência às anotações marginais. Estes encontram-se ao longo do texto da acta e, umas vezes, escritas com abreviaturas, outras, por extenso.

As abreviaturas mais frequentes são:

Fica m.^{do} = Fica mandado
 dei q.^{do} = Dei quitação
 Deixo Pr.^{do} = Deixo provisão.

As notas referem-se aos capítulos das visitas e não oferecem dificuldades de interpretação.

(Continua)

Um poveiro na Biblioteca de Marinha: Francisco Gomes de Amorim

por ALFREDO MOTTA

Bastante se tem escrito sobre Francisco Gomes de Amorim, mas quase só é conhecido como poeta e escritor.

Efectivamente Gomes de Amorim deixou uma vasta obra, em prosa e em verso, sendo a mais importante as *Memórias Biográficas de Garrett*, obra a que a Academia das Ciências de Lisboa atribuiu o prémio instituído pelo rei D. Fernando para coroar a melhor composição literária acerca da vida e escritos do grande poeta.

É também bastante conhecida a vida de Gomes de Amorim no Brasil, para onde o rigor da sorte o arremessou, criança, desvalido e ignorado, regressando a Portugal quando recebeu uma carta de Garrett em que lhe dizia que se para aqui regressasse eu faria quanto em minha mão estivesse para melhorar a sorte de um patricio que me parece digno de toda a estima.

O que parece ser pouco conhecido é a sua vida como funcionário do Ministério da Marinha, onde serviu durante trinta e oito anos. É ainda a Almeida Garrett que ficou devendo a sua nomeação.

Por decreto de 4 de Março de 1852 Garrett foi nomeado ministro e secretário de estado dos negócios estrangeiros. Na mesma data foi publicado o decreto que nomeou Gomes de Amorim ajudante do escrivão da pagadoria de marinha. Acerca desta nomeação diz Gomes de Amorim no 3.^o volume das *Memórias Biográficas de Garrett*: «O mestre levava-me consigo, na véspera, à secretaria e ali fora combinado, entre ele, Fontes e Jervis, que o meu decreto iria com o seu à assinatura régia».

Apesar das suas tendências penderem mais para as letras que para os números, desempenhou as funções do seu cargo com

a maior correcção, não abandonando, porém, os seus trabalhos literários.

Em 5 de Julho de 1836 foi publicado um decreto concedendo graduações honoríficas aos empregados das repartições civis do Ministério da Marinha, com o fim de evitar desinteligências que possam suscitar para a boa ordem e regular andamento do serviço no exercício do qual os mesmos empregados estão em continuo contacto com os officiais militares.

Neste decreto não estava incluído o cargo de ajudante do escrivão da pagadoria, que foi criado mais tarde. Julgo que foi Gomes de Amorim o primeiro, pelo que requereu que lhe fosse estabelecida a graduação competente. Para esse efeito foi publicado o seguinte decreto:

Achando-se decretadas diferentes graduações militares para os Empregados das Repartições de Fazenda da Armada, e não estando ainda designada a que deve competir ao Ajudante do Escrivão da Pagadoria de Marinha, em consequencia d'este lugar ter sido criado muito depois do sobredito Decretamento; Hei por bem, Atendendo ao que a semelhante respeito Me representou o actual Ajudante do Escrivão da dita Pagadoria, Francisco Gomes de Amorim, Conferir-lhe a Graduação de Segundo Tenente da Armada, a qual gozará unicamente enquanto exercer este lugar.

O Visconde d'Atouguia, Par do Reino, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios Estrangeiros, e dos da Marinha e Ultramar, assim o tenha entendido, e faça executar. Paço, em vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos e cincoenta e cinco. Rei — *Visconde de Atouguia* (1).

Gomes de Amorim não ficou muito satisfeito com a graduação que lhe foi atribuída. O meu falecido camarada e amigo, capitão de mar e guerra Carlos Gomes de Amorim Loureiro, neto de Francisco Gomes de Amorim, mostrou-me um exemplar da Ordem da Armada onde vem publicado este decreto, na qual seu avô escreveu uma nota explicativa da razão que o levou a requerer este título, e que era tirar-se a patente que custava cinco mil réis, em vez de diploma, que, com direitos de mercê, emolumentos selo, etc., importava em perto de duzentos mil réis, quantia bas-

tante elevada para a época. Além disso, dava outros direitos de reforma, que não eram para desprezar. Diz também que lhe competia a graduação de capitão-tenente, visto que o seu superior immediato era capitão-de-fragata; mas que *um sujeito, que então era trunfo na Marinha*, fez que o fizessem apenas segundo-tenente. Diz ainda que «*O Túlio deu por mim uma tunda não me lembro já em quem, no jornal que então redigia*».

Mais tarde solicitou que lhe fosse permitido frequentar a Biblioteca de Marinha a fim de colher elementos para escrever uma *História Marítima de Portugal*.

Esta Biblioteca foi criada em 1835, ficando instalada em três amplas salas do primeiro andar do edificio do Arsenal da Marinha, onde ainda se encontra. Foi seu primeiro bibliotecário o capitão de fragata D. Gastão Fausto da Câmara, official de vasta cultura, escritor e poeta, que deixou alguns livros publicados. Encarregado de ir ao depósito de livros dos extintos conventos escolher os que lhe parecessem melhores para a Biblioteca, ali seleccionou um lote de obras de alto valor com que se começou povoando as estantes da Biblioteca.

Gomes de Amorim sabia que ali encontraria uma boa collecção de obras dos antigos cronistas, onde encontraria elementos indispensáveis para a obra que se propunha escrever. Foram-lhe concedidas todas as facilidades, como consta da seguinte portaria:

Ministerio da Marinha e Ultramar — Manda Sua Magestade El-Rey, pela Secretaria do Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, participar ao Conselheiro Sub-inspector da Escola Naval, para os devidos efeitos, que ha por bem permitir que a Francisco Gomes de Amorim seja franqueada a Biblioteca de Marinha para o fim de poder examinar, ou copiar quaisquer documentos de que necessite para a *História Marítima de Portugal* que se propõe escrever, não podendo, porém, levar para fora da mesma Biblioteca livros ou documentos alguns. Paço, em 18 de Janeiro de 1859. — *Sá da Bandeira* (1).

No ano seguinte Gomes de Amorim deixou de fazer serviço na Pagadoria de Marinha; foi destacado para a Biblioteca de

(1) Ordem da Armada, n.º 292, de 15 de Janeiro de 1856.

(1) *Livro de Registo de Decretos, Portarias e Officios*, manuscrito existente na Biblioteca Central da Marinha.

Marinha, a fim de coadjuvar o bibliotecário no seu serviço. Encontrava-se finalmente num meio de trabalho da sua predilecção.

Para este fim foi derigido ao Director da Escola Naval o seguinte officio:

Ministerio da Marinha e Ultramar—Primeira Direcção — Primeira Repartição — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor. — De ordem de Sua Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado desta Repartição, tenho a honra de participar a V. Ex.^a que se passarão as convenientes ordens pela 3.^a Direcção desta Secretaria d'Estado a fim de se apresentar a V. E.^a o aspirante da dita 3.^a Direcção Francisco Gomes de Amorim para coadjuvar o Bibliotecario da Biblioteca da Escola Naval no serviço de que é incumbido. Deus guarde a V. Ex.^a Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, 22 de Fevereiro de 1860. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Conselheiro Director da Escola Naval — José Alemão de Mendonça Cisneiros e Faria, Director (1).

Quando em 1845 foi fundada a Escola Naval, que substituiu a Companhia dos Guardas-Marinhas, a Biblioteca da Marinha ficou anexa à Escola para ser utilizada no ensino dos alunos, pelo que passou a chamar-se também Biblioteca da Escola Naval.

Em 1862 foi expedida pelo Ministério do Reino uma portaria para que todas as Bibliotecas que quisessem completar as suas colleções fossem escolher livros ao depósito das livrarias dos conventos extintos, para se despejarem as salas onde estavam, e que eram necessárias para uso da Biblioteca Nacional.

O Conselho Escolar da Escola Naval nomeou o lente Daniel Augusto da Silva para ir fazer a escolha dos livros para a Biblioteca.

Como este official não pudesse, por falta de tempo, desempenhar este serviço, foi encarregado Francisco Gomes de Amorim de ir proceder à escolha. Depois de dois meses de trabalho conseguiu apartar mais de mil obras, cuja relação enviou ao director da Escola Naval, não tendo acompanhado a sua remessa para a Biblioteca por ter adoecido gravemente.



Francisco Gomes de Amorim

Retrato publicado nos *Anais do Club Militar Naval*, ano 63 (Lisboa, 1933).

(1) *Livro de Registo de Decretos, Portarias e Officios*, manuscrito existente na Biblioteca Central da Marinha.

Das obras escolhidas só foram entregues à Biblioteca pouco mais de cem volumes.

Já em outro trabalho (1) me referi às dificuldades com que o primeiro bibliotecário, D. Gastão Fausto da Câmara, lutou para conseguir que do Depósito Geral de S. Francisco da Cidade fossem enviados livros para a Biblioteca da Marinha. Mais uma vez a Biblioteca ficou prejudicada na distribuição de livros.

*

A carta de lei de 26 de Junho de 1867 alterou várias disposições da organização do Ministério da Marinha e Ultramar, conforme um plano junto a esta lei e que dela faz parte. O artigo 5.º deste plano determinava:

O serviço de contabilidade e fiscalização dos estabelecimentos de marinha e navios da armada será desempenhado por um corpo de oficiais de fazenda, denominado *Corpo de Officiais de Fazenda da Armada*.

§ 1.º Este corpo fica dependente da 3.ª Direcção da secretaria d'Estado;

§ 2.º O quadro deste corpo é o que consta da tabela a que se refere o artigo 4.º;

§ 3.º O primeiro oficial deste corpo é considerado chefe de repartição.

O Corpo de Officiais de Fazenda da Armada ficou constituído por 48 oficiais, assim distribuídos:

1 primeiro oficial com a graduação de capitão-tenente;

10 segundos oficiais com a graduação de primeiro tenente;

13 aspirantes de 1.ª classe com a graduação de segundo tenente;

24 aspirantes de 2.ª classe com a graduação de guarda marinha.

O artigo 30.º dizia que «os empregados do quadro actual da 3.ª Direcção serão colocados na mesma direcção e no corpo de oficiais de fazenda, segundo a respectiva graduação». Em cumprimento desta determinação, foi publicado um decreto em 4 de

(1) Os *Ex-Libris da Biblioteca da Marinha*, separata do «Arquivo Nacional de Ex Libris».

Setembro do mesmo ano, fazendo a distribuição dos funcionários da referida direcção.

Gomes de Amorim que estava destacado na Biblioteca de Marinha, mas mantinha o lugar de ajudante do escrivão da Pagadoria, com a graduação de segundo tenente, foi colocado no Corpo de Officiais de Fazenda da Armada como aspirante de 1.ª classe, como lhe competia pela sua graduação.

Poucos dias pertenceu Gomes de Amorim ao Corpo de Officiais de Fazenda. Em 21 do mesmo mês foi nomeado oficial da Biblioteca de Marinha, pelo seguinte decreto:

Atendendo ao merecimento literario e mais circunstâncias que se dão na pessoa de Francisco Gomes de Amorim: Hei por bem transferi-lo de aspirante de 1.ª classe a oficial de fazenda da Armada para oficial da Biblioteca de Marinha lugar que tem exercido interinamente.

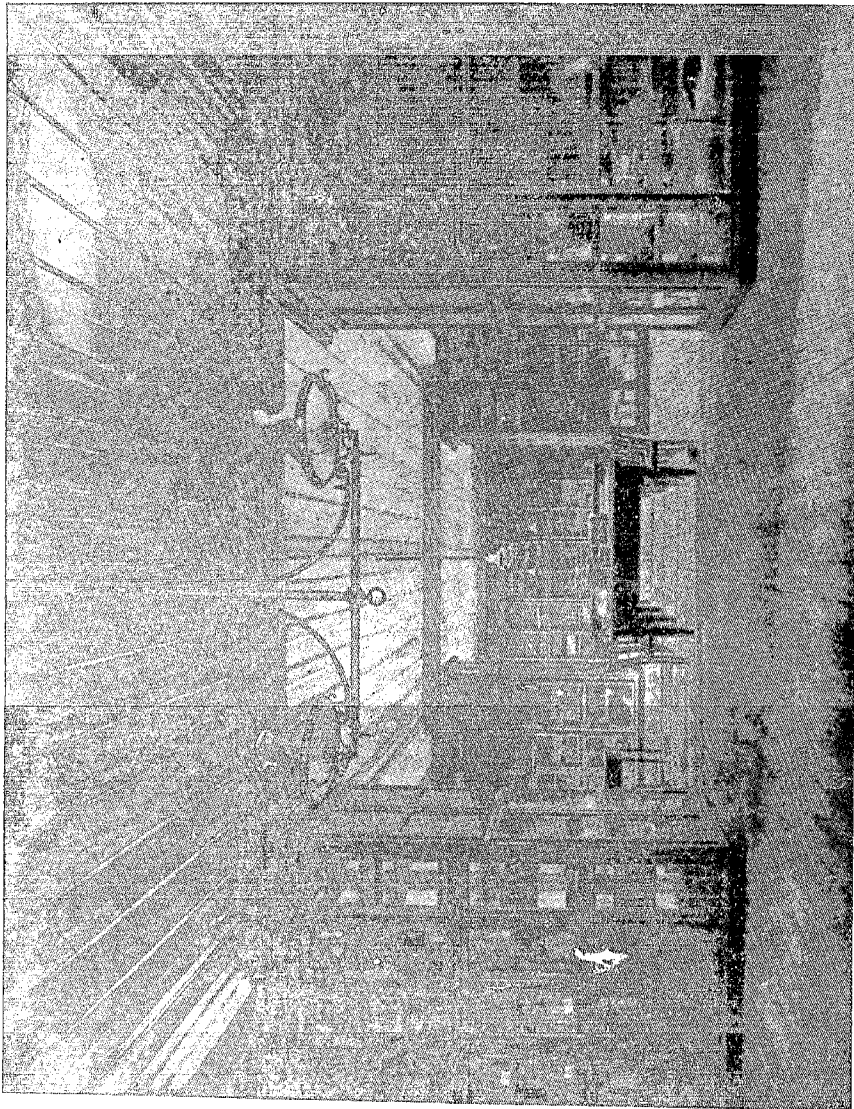
O Ministro e Secretario d'Estado interino dos negocios de Marinha e Ultramar o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 21 de Setembro de 1867.— Rei. — Visconde da Praia Grande (1).

O lugar de oficial da Biblioteca fora criado pela reorganização da Escola Naval de 7 de Julho de 1864 com o ordenado de 300\$000 reis anuais. Por esta reorganização ficava anexo à Escola Naval o Museu de Marinha, fundado em 22 de Julho de 1863, e era criado o cargo de conservador do Museu, para que foi nomeado Severo Ernesto dos Anjos.

No ano seguinte (1868) foi a Escola Naval novamente reorganizada, pelo decreto de 26 de Dezembro. A Biblioteca, como dependência da Escola, viu modificada a sua organização. O Museu de Marinha foi também atingido por esta reorganização, sendo incorporado como dependência da Escola, sendo extinto o lugar de conservador. As suas funções transitaram para o oficial da Biblioteca, que passou a denominar-se conservador da Biblioteca de Marinha e Museu de Antiquidades Navais, sendo o seu vencimento elevado para 500\$000 réis anuais.

Em virtude da extinção do lugar de conservador do Museu, Severo Ernesto dos Anjos foi mandado prestar serviço na Biblioteca, como consta do seguinte officio:

(1) *Diário de Lisboa*, n.º 215 de 24 de Setembro de 1867 e *Ordem da Armada*, n.º 15 de 30 de Setembro de 1867.



A Biblioteca de Marinha em 1900

Fotografia publicada no volume *L'École Navale de Lisbonne*, de José Augusto Celestino Soares (Lisboa, 1900).

Direcção Geral de Marinha — 1.^a Repartição — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. — Comunico a V. Ex.^a para os efeitos convenientes que Sua Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado desta Repartição determina que fique servindo na Biblioteca dessa Escola o ex-conservador do Museu, o qual por isso continuará a receber os vencimentos que tinha. Deus guarde a V. Ex.^a — Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, 6 de Fevereiro de 1869 — Il.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Conselheiro Comandante da Escola Naval. — *Visconde da Praia Grande* (1).

O desempenho dos deveres officiaes não impediram Gomes de Amorim de se dedicar aos seus trabalhos literários.

Em 1881 publicou o primeiro volume das *Memórias Biográficas de Garrett*, no qual indica o lugar que então desempenhava, de Conservador da Biblioteca e Museu de Antiquidades Navais.

Por decreto de 29 de Novembro de 1887 foi novamente reorganizada a Escola Naval. O lugar de conservador da Biblioteca e Museu passou a ser vitalício, de nomeação régia, precedendo concurso documental perante o Conselho Escolar da Escola; tinha a categoria e direitos de aposentação de segundo official. A todos os empregados eram mantidos os seus lugares, sem dependência de nova nomeação. O Conservador da Biblioteca e Museu passava a ter o vencimento de 600\$000 réis anuais. Ao antigo conservador do Museu, que então estava fazendo serviço na Biblioteca como adido, era concedida a vantagem de poder ser colocado no lugar de conservador da Biblioteca sem dependência de concurso, quando neste lugar occorresse vacatura, o que se realizou quando da aposentação de Gomes de Amorim.

Em 1890, tendo-se agravado os padecimentos de que à muito vinha sofrendo, pediu a sua aposentação. Presente à junta médica esta foi de parecer encontrar-se incapaz de exercer as funções do seu cargo.

Em face do seu pedido e do parecer da junta médica, foi-lhe concedida a aposentação pelo decreto seguinte:

Ministerio dos Negocios da Marinha e Ultramar —
Direcção Geral de Marinha — 1.^a Repartição.

(1) *Livro de Registo de Decretos, Portarias e Officios*, manuscrito existente na Biblioteca Central da Marinha.

Atendendo ao que me representou Francisco Gomes de Amorim, conservador da Biblioteca e Museu da Escola Naval, alegando que pelo seu mau estado de saúde não pode continuar no exercício do seu cargo;

Considerando que a junta médica nomeada nos termos do § 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 1 com força de lei de 17 de Julho de 1886, foi unânime em o julgar absolutamente incapaz de desempenhar as obrigações do seu cargo;

Considerando que ao suplicante que conta sessenta e dois anos de idade e mais de trinta de serviço publico nos quais se comprehendem mais de dois no ultimo lugar exercido, so applicáveis as disposições dos artigos 3.º e 7.º do citado decreto:

Hei por bem conceder aposentação ordinária ao referido Francisco Gomes de Amorim, no lugar de conservador da Biblioteca e Museu da Escola Naval, com a pensão annual de 600\$000 reis, correspondente à totalidade do seu actual vencimento, nos termos do decreto de 29 de Novembro de 1887; pensão que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de Julho de 1886.

O ministro e secretario d'Estado dos Negocios de Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço aos 24 de Abril de 1890. — Rei. — *Julio Marques de Vilhena*. (1).

Contava 62 anos de idade e 38 de serviço.

Um ano depois, em 4 de Novembro de 1891, falecia de uma congestão pulmonar.

Tendo ficado vago o cargo de conservador da Biblioteca pela aposentação de Gomes de Amorim, foi, por decreto de 8 de Maio de 1890, nomeado para este cargo Severo Ernesto dos Anjos.

*
* *
*

Quando a Biblioteca ficou anexa à Escola Naval, todo o expediente passou a correr pela secretaria da Escola. É natural que no seu arquivo existissem documentos referentes a Gomes de

Amorim que fornecessem elementos para completar a sua biografia como funcionário da Biblioteca. Infelizmente em 1916 um violento incêndio destruiu o edificio da Escola Naval, perdendo-se por completo o arquivo. A Biblioteca, felizmente, foi salva de ser destruída pelas chamas, mas o Museu Naval, que se encontrava instalado na Sala do Risco, foi totalmente perdido.

Para a organização destas notas biográficas de Gomes de Amorim sòmente pudemos recorrer a um livro manuscrito, existente na Biblioteca, onde se registavam os decretos, portarias e officios que lhes dizia respeito, e às publicações officiais, *Ordem da Armada*, *Diário de Lisboa* e *Diário do Governo*, como vai indicado nas respectivas notas.

(1) Diário do Governo, n.º 92, de 2 de Maio de 1890.